



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018  
PROCESSO Nº 505/2018  
EDITAL

O Município de Ijuí – Poder Executivo, através da Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, torna pública a realização da licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo **Menor Preço**, que será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, cujos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e à proposta serão recebidos na Sala de Licitações da Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, **no dia 29/06/18 às 10h30min**, quando será processada e julgada.

**1 DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de execução global para reperfilamento asfáltico do tipo CBUQ, sobre pavimentação asfáltica existente na Rua 12 de Outubro, Rua Álvaro Chaves, Rua Floriano Peixoto e Av. 21 de Abril.
- 1.1.1. A empresa adjudicatária deverá executar os serviços de acordo com o memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, projetos e demais elementos técnicos anexos à Requisição Interna nº 096/2018 – SMODUTRAN (Anexo VII deste edital).

- 1.2. Da requisição interna:

**Requisição**  
688/2018

⇒

**Requisição Interna**  
11-096-2018

**2. DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO CRÉDITO**

- 2.1. A despesa desta licitação correrá pelo seguinte crédito:

Órgão  
11                      Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Trânsito

Unidade  
1102                    Coordenadoria de Obras Urbanas

Função  
15                      Urbanismo

Sub-função  
451                    Infra-Estrutura Urbana

Programa  
112                    Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana

Projeto/Atividade  
2    107                Manutenção da Pavimentação Asfáltica (SM)

Despesa              Código fonte de recurso                      Nome fonte de recurso  
12858                1022    FUNDO ESPECIAL

Categoria econômica  
339039210000

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E V

**3 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

- 3.1 Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação à presente licitação ou impugnar o edital, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data fixada para recebimento das propostas, em conformidade com o disposto no art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3.2 O pedido de impugnação deverá ser encaminhado, obrigatoriamente, por via física e original à Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.
- 3.2.1 O pedido de impugnação poderá ser encaminhado, também, através do e-mail copam.editalis@ijui.rs.gov.br, não eximindo o interessado do encaminhamento do pedido original, para que este conste nos autos do processo licitatório, em conformidade com o disposto no item 3.2 deste edital.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 3.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar a alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será, então, designada nova data para a realização desta licitação.
- 3.4 A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não obstará sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva.

**4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 4.1 Poderão participar desta licitação os interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o dia 26/06/2018, ou seja, o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, ou primeiro dia subsequente, em atendimento ao disposto no art. 110, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.2 Será vedada a participação de interessados declarados inidôneos para licitar e contratar com o poder público e/ou suspensos de participar de licitações realizadas pela Administração Pública.

**5 DA REPRESENTAÇÃO**

- 5.1 O licitante poderá ser representado por seu representante legal, mediante a apresentação do ato constitutivo em vigor do licitante (registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto social do licitante, no caso de sociedades empresárias, onde conste a indicação de seus sócios e/ou responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, e se tratando de sociedade anônima), observado o disposto no item 7.2 deste edital.
- 5.2 O credenciamento do representante que não seja o representante legal do licitante será feito mediante a apresentação do ato constitutivo em vigor do licitante (registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto social do licitante, no caso de sociedades empresárias, onde conste a indicação de seus sócios e/ou responsáveis pela administração desta, acompanhada da ata de eleição da diretoria, e se tratando de sociedade anônima), observado o disposto no item 7.2 deste edital, e procuração com firma reconhecida, que conceda poderes para representação e prática de qualquer ato relativo a licitações.
- 5.3 O credenciamento é necessário somente para o licitante presente na sessão da licitação.
- 5.4 Será admitido apenas um representante por licitante, que deverá estar portando documento de identidade, para sua identificação pela Comissão de Licitações, não sendo admitida a representação de mais de um licitante pelo mesmo representante.

**6 DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA**

- 6.1 Para participar da licitação o interessado deverá apresentar os documentos a seguir relacionados em 02 (dois) envelopes, lacrados e identificados, em sua parte externa, com as seguintes informações:

<b>ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO)</b>	<b>ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA)</b>
MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018 DATA: 29/06/18 HORÁRIO: 10h30min ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO) NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE CONTATO DO LICITANTE	MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER EXECUTIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018 DATA: 29/06/18 HORÁRIO: 10h30min ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA) NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE CONTATO DO LICITANTE

- 6.2 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e à proposta serão recebidos no dia 29/06/18 às 10h30min na Sala de Licitações da Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000.
- 6.3 O licitante que não participar da sessão de abertura da licitação deverá protocolar os envelopes no Setor de Protocolo da COPAM, localizado na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, impreterivelmente, até às 10h30min do dia 29/06/18.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 6.4 Os envelopes remetidos via serviço postal deverão ser endereçados à Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000 e serão recebidos, impreterivelmente, até às **10h30min** do dia 29/06/18, a fim de ser procedido o protocolo dos envelopes no setor indicado no item anterior.
- 6.5 O licitante que remeter os envelopes via serviço postal assumirá os riscos de problemas ou defeitos que porventura impossibilitem a entrega tempestiva dos envelopes.

## 7 DA HABILITAÇÃO

- 7.1 Para participar da presente licitação os interessados deverão apresentar a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à regularidade trabalhista, à qualificação técnica e prova do cumprimento do disposto no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.1.1 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:
- Registro comercial em caso de empresa individual, quando for o caso;
  - Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor, devidamente registrado na Junta comercial, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores, ou outra documentação, nos termos do art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93;
  - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou;
  - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.1.2 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL** consistirá em:
- Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
  - Prova de inscrição do licitante no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
  - Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
  - Prova de regularidade do licitante, na data da sessão de abertura da licitação, relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 7.1.3 A documentação relativa à **REGULARIDADE TRABALHISTA** consistirá em:
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.1.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:
- Prova do registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente (CREA);
  - Declaração formal do licitante, sob as penas cabíveis e conforme o modelo contido no Anexo III deste edital, indicando o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra objeto da licitação, que deve(rão) coincidir, obrigatoriamente, com o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente (CREA) indicado na alínea anterior, admitindo-se a substituição deste(s) por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração;
  - Licença de Operação, emitida pela FEPAM, válida para usina de asfalto a quente de origem do C.B.U.Q., sendo que a distancia da usina à obra deve ser tal que atenda as condições de temperatura da massa asfáltica, conforme especificação do DAER. Se não for proprietário, além da licença de operação, deverá ser apresentada declaração de disponibilidade, assinada com firma reconhecida em Cartório que atenderá ao objeto contratual.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- d) Atestado de visita técnica fornecido pelo Município de Ijuí/RS, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Trânsito, declarando que a Proponente, através do responsável técnico da empresa, tomou conhecimento dos locais onde os serviços serão executados. A referida visita somente poderá ser efetuada até o dia 26 de junho de 2018, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, e deverá ser previamente agendada junto à SMODUTRAN pelo telefone (55) 3332-8643 e/ou 3332-7135.
- 7.1.4.1 No caso de duas ou mais licitantes apresentarem Certidões de Registro de Pessoa Jurídica emitidas pelo CREA em que conste um mesmo profissional como responsável técnico, estas serão inabilitadas.
- 7.1.5 Declaração do licitante prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93, conforme o modelo constante no Anexo I deste edital.
- 7.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.3 O licitante inscrito no Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Ijuí/RS poderá apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) em substituição aos documentos exigidos nos itens 7.1.1 a 7.1.2 deste edital.
- 7.3.1 Para emissão do Certificado de Registro Cadastral (CRC) o licitante deverá apresentar toda a documentação estabelecida no Decreto nº 2.609, de 28 de dezembro de 1999, observada a exigência indicada no item 7.2 deste edital.
- 7.3.2 A relação de documentos necessários para emissão do Certificado de Registro Cadastral (CRC) poderá ser obtida através do e-mail: [contratos@ijui.rs.gov.br](mailto:contratos@ijui.rs.gov.br) e/ou através dos telefones (55) 3331-8217 e (55) 3331-8219.
- 7.3.3 O licitante que apresentar o Certificado de Registro Cadastral (CRC) de acordo com o item anterior deverá apresentar declaração de que até data de abertura desta licitação inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação e participação nesta licitação, bem como da ciência quanto à obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme o modelo constante no Anexo II deste instrumento convocatório.
- 7.4 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 7.4.1 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.
- 7.5 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 7.4, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- 7.5.1 O benefício de que trata o item 7.5 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 7.5.2 O prazo de que trata o item 7.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 7.5.3 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.6 Os documentos apresentados no certame deverão possuir a mesma titularidade do licitante (pessoa jurídica e CNPJ), ou seja, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da mesma razão social e mesmo CNPJ.
- 7.7 A documentação de habilitação será apreciada em conformidade com as exigências deste edital e seus anexos.
- 7.7.1 A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no Envelope nº 01 (Habilitação) ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior.
- 8 DA PROPOSTA**
- 8.1 A proposta deverá, obrigatoriamente:
- Obedecer à forma contida no formulário para preenchimento da proposta (Anexo V) e observar todas as especificações contidas na Requisição Interna nº 096/2018 – SMODUTRAN (Anexo VII deste edital);
  - Ser preenchida através de processo mecanográfico;
  - Conter a assinatura do responsável técnico pela obra e do responsável pela empresa, com a indicação do número do CNPJ;
  - Estar acompanhada do cronograma físico financeiro e das planilhas demonstrativas do BDI e dos Encargos Sociais aplicados pela empresa, ambos também firmados pelo responsável técnico pela obra e do responsável pela empresa.
- 8.2 A inobservância de qualquer das condições acima descritas (item 8.1) importará na desclassificação da proposta.
- 8.3 Não serão consideradas as propostas:
- Manuscritas ou contendo emendas, rasuras e/ou entrelinhas nos preços;
  - Apresentadas após a abertura dos trabalhos;
  - Que apresentarem preços acima dos praticados no mercado regional;
  - Que não se ajustem às condições deste edital.
- 8.4 A proposta com valor global superior a R\$ 624.174,01 (seiscentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e um centavo) será considerada excessiva, acarretando na sua desclassificação.
- 8.5 Será desclassificada a proposta que apresentar preços unitários ou global acima dos preços máximos admitidos pela Administração, assim como as que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 8.6 Os valores unitários máximos admitidos pela Administração são os valores indicados na Planilha Orçamentária anexa à Requisição Interna nº 096/2018 – SMODUTRAN (Anexo VII deste edital).
- 8.7 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 9 DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**
- 9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste edital, após o recebimento dos envelopes, a Comissão de Licitações iniciará a fase de habilitação.
- 9.2 Após a abertura dos envelopes, os documentos nele contidos serão rubricados pela Comissão de Licitações e pelos representantes dos licitantes.
- 9.3 Após, a Comissão de Licitações decidirá sobre a habilitação dos licitantes.



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 9.4 Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão de Licitações.
- 9.5 Os prazos para recursos obedecerão ao disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.6 O licitante inabilitado não participará da fase de julgamento das propostas.
- 9.7 Em seguida a comissão abrirá o envelope contendo a proposta e apreciará o seu conteúdo, rubricando cada folha e colhendo rubricas dos representantes dos licitantes presentes.
- 9.8 A Comissão de Licitações procederá na verificação da conformidade da proposta apresentada pelo licitante habilitado com a observância dos seguintes critérios:
- Atendimento das especificações deste edital;
  - Não consideração de quaisquer observações, apontamentos, opções ou condições não previstas no edital;
  - Não admissão de propostas baseadas nas propostas de outros licitantes, redigidas em língua estrangeira ou contendo emendas, rasuras ou entrelinhas.
- 9.9 As propostas desconformes ou incompatíveis com as exigências contidas no edital serão desclassificadas.
- 9.10 Feita a análise da conformidade das propostas com os requisitos do edital, a Comissão de Licitações classificará e julgará a proposta apresentada pelo licitante habilitado utilizando o critério do **Menor preço - Empreitada por Preço Global**.
- 9.10.1 Para fins de julgamento e classificação, o valor total proposto por Cooperativa de Trabalho será acrescido de 15% (quinze por cento) sobre o valor da mão-de-obra ofertada face ao disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterada pela Lei Federal nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.
- 9.11 Poderão ser exigidas do licitante que apresentar preços reduzidos, informações complementares que evidenciem a exequibilidade das propostas, sem prejuízo da promoção de diligências, prevista no art. 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.12 As propostas que apresentarem preços excessivos, manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com aqueles praticados no mercado serão desclassificadas.
- 9.13 Em caso de empate entre duas ou mais propostas e obedecido o disposto no art. 3º, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no item 9 deste edital, será realizado sorteio em sessão pública com a convocação de todos os licitantes após o decurso do prazo previsto no art. 109, I, "b" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.14 Na hipótese da interposição de recurso o sorteio ocorrerá após o julgamento deste
- 9.15 Encerrado o prazo previsto no item 6 deste edital não serão admitidos cancelamentos, retificações, alterações ou substituições de qualquer espécie nos documentos contidos nos envelopes apresentados.
- 9.16 Será julgado inabilitado ou desclassificado, conforme o caso, o licitante que apresentar documentos por "fac-símile", ilegíveis ou inseridos em envelopes trocados.
- 9.17 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitações fixará o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas da inabilitação e/ou desclassificação.
- 9.18 Das sessões públicas para recebimento e abertura dos envelopes e análise da documentação relativa à habilitação e à proposta dos licitantes serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os participantes e as ocorrências relevantes.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 9.19 As impugnações dos licitantes deverão ser fundamentadas.
- 9.20 As atas deverão ser assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e por todos os representantes dos licitantes credenciados presentes.

**10 CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

- 10.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 7.5 deste edital.
- 10.1.1 Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor:
- 10.1.2 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.
- 10.2 Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;
  - b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 7.5 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item;
  - c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma dos itens anteriores.
- 10.3 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 10.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- 10.4 O disposto nos itens 10.1 a 10.3 deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 7.5 deste edital).
- 10.5 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

**11 DO CONTRATO**

- 11.1 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirar e assinar o termo do contrato, cuja minuta consta no Anexo VI deste edital, contado a partir da data de sua intimação, que se fará pessoalmente, por meio de publicação no mural da Secretaria da Fazenda, envio de correspondência com Aviso de Recebimento ou por meio eletrônico.
- 11.2 O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.
- 11.3 O não atendimento do disposto no item 10.1 sujeitará o licitante às penalidades previstas na legislação e neste edital.
- 11.4 O não comparecimento do adjudicatário intimado autoriza a Administração a proceder na convocação dos licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.
- 11.5 O contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de qualquer das hipóteses dos arts. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- 11.6 Para retirar e assinar o contrato, a empresa adjudicatária deverá apresentar uma das garantias previstas no art. 56, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 11.6.1 A empresa adjudicatária terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar a garantia, contados da data da notificação.
- 11.6.2 Para a assinatura do contrato o adjudicatário deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista conforme itens 7.1.2 e 7.1.3 do edital. .
- 12 DA EXECUÇÃO**
- 12.1 O objeto desta licitação deverá ser executado no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, após o recebimento da Ordem de Serviço pela empresa adjudicatária.
- 12.2 O objeto desta licitação deverá ser executado conforme o memorial descritivo, a planilha orçamentária, os projetos e o cronograma físico-financeiro constante no Anexo VII deste edital.
- 12.3 Na obra deverá ser mantido um "Diário de Ocorrências", no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução, por uma das partes.
- 12.4 A obra deve ser mantida e entregue limpa, livre de entulhos e sobra de materiais, obedecendo às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 12.5 A empresa vencedora deverá executar todas as obras, serviços e instalações de acordo com os projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, assim como as determinações da Contratante.
- 12.6 A adjudicatária deverá comunicar à Fiscalização e proceder, às suas expensas, as correções necessárias, sempre que ocorrerem falhas, erros ou omissões nos projetos, especificações e demais elementos técnicos que integram este Edital, assumindo a responsabilidade pela correta execução de todos os serviços. Tais correções somente serão efetuadas com a aprovação da Fiscalização, que por sua vez consultará o(s) autor(res) do(s) projeto(s), para efeito de autorização.
- 12.7 O objeto do presente contrato, estando de acordo com as disposições contidas no edital, nas cláusulas deste Contrato e a legislação em vigor, será recebido em até 02 (dois) dias úteis, pelo Município de Ijuí, mediante emissão de laudo técnico pelo servidor designado para exercer a fiscalização de sua execução.
- 12.8 Durante a execução do objeto licitado, a empresa deverá, obrigatoriamente:
- a) Manter permanentemente no local das obras/serviços, equipe técnica suficiente, composta pelos profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assumam perante a Fiscalização, a responsabilidade técnica dos mesmos até a sua entrega definitiva, inclusive com poderes para deliberar sobre qualquer determinação de emergência que se torne necessária;
  - b) Manter no local das obras/serviços, além da equipe técnica retro mencionada, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas expensas e a critério da Fiscalização, o controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços;
  - c) Facilitar a ação da Fiscalização na inspeção das obras/serviços, em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações, esclarecimentos e documentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
  - d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, obras/serviços objeto do Contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados ou não correspondentes às especificações.
- 12.9 O objeto do presente contrato terá garantia de 05 (cinco) anos quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa.



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

12.10 Somente após o recebimento do objeto, parcial ou total, o adjudicatário poderá emitir a respectiva nota fiscal.

**13 DO PAGAMENTO**

13.1 Após a execução do objeto licitado e/ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753 de 15 de setembro de 2015.

13.1.1 A nota fiscal deverá ainda trazer os seguintes dados cadastrais do município de Ijuí:

Município de Ijuí

CNPJ: 90.738.196/0001-09

Inscrição Estadual: 065/0151348

Endereço: Rua Benjamin Constant, nº 429, Centro – Ijuí/RS – 98700-000

13.1.2 Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela empresa adjudicatária, obrigatoriamente, para o e-mail [xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br](mailto:xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br).

13.2 Os pagamentos serão realizados mediante depósito bancário em favor do adjudicatário, que indicará em formulário próprio o nome da instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.

13.3 As informações referidas no item anterior deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, ficando o licitante obrigado a mantê-las atualizadas.

13.4 O(s) pagamento(s) somente será(ão) liberado(s) após a apresentação dos seguintes documentos, por parte da empresa adjudicatária:

- a) Nota fiscal, emitida em nome do Município de Ijuí/RS, dos serviços efetivamente executados contendo o número do empenho correspondente;
- b) Laudo técnico de medição, expedido por engenheiro do Município de Ijuí/RS;
- c) Declaração contendo a relação dos empregados que efetivamente prestaram serviço à contratante, com respectivo nº da CTPS;
- d) Comprovante do pagamento dos salários dos empregados que prestaram serviço à contratante, através de contracheque ou recibo de pagamento (referente ao mês anterior);
- e) GFIP com comprovante de envio (referente ao mês anterior);
- f) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do FGTS (referente ao mês anterior);
- g) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do INSS (referente ao mês anterior);
- h) Declaração quando não houver empregados e os serviços forem prestados somente pelo contratado;
- i) Comprovação da condição de associado (no caso de cooperativa) mediante apresentação da cópia da ficha de matrícula ou da inscrição no livro matrícula, onde conste o número de sua inscrição, qualificação e data de admissão.

13.4.1 A documentação mencionada no item 13.4 deverá ser conferida e rubricada pelo servidor fiscalizador do respectivo contrato.

**14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 A aplicação de sanções administrativas regular-se-á pelas condições previstas nos arts. 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, além de outras atinentes à espécie.

14.2 O licitante ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa correspondente:
  - b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;
  - b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, contados a partir do prazo final de entrega prevista na Ordem de Serviço;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;



**MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.3 As penalidades de advertência e multa poderão ser aplicadas cumulativamente.

14.4 O valor da multa será descontado do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os créditos futuros pela diferença, se houver ou através de procedimento judicial apropriado.

14.5 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

## **15 DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 A apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento de seus termos ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

15.2 A presente licitação poderá ser anulada ou revogada, nas hipóteses previstas em lei, sem que os licitantes tenham direito a qualquer indenização, observado o disposto no art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.3 O adjudicatário deverá manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato.

15.4 As omissões desse certame serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/93.

15.5 A variação ou alteração que se fizer necessária no contrato, por variação de preço na compra ou por alteração no quantitativo da compra, será feita de acordo com o que dispõe o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.6 Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação na Coordenadoria de Compras (COPAM) da Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua do Comércio, nº 921, esquina com a Rua Irmãos Person, Centro, Ijuí/RS, CEP 98700-000, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, pelo telefone (55) 3331-8227 e/ou telefone/fax (55) 3331-8219 ou no site [www.ijui.rs.gov.br](http://www.ijui.rs.gov.br), no link "Licitações".

## **16 ANEXOS**

16.1 Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I	Declaração prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo II	Declaração prevista no art. 32, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo III	Declaração prevista no art. 30, II da Lei Federal nº 8.666/93
Anexo IV	Dados cadastrais do Licitante
Anexo V	Formulário para preenchimento da proposta
Anexo VI	Minuta do contrato
Anexo VII	Requisição Interna nº 096/2018 - SMODUTRAN

Ijuí/RS, 04 de junho de 2018.

Assessoria Jurídica

Priscila Maurer Leviski  
Diretora da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e  
Administração de Materiais

Valdir Heck  
Prefeito



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018

PROCESSO Nº 505/2018

ANEXO I

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 27, V DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

**MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.  
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018**

**PROCESSO Nº 505/2018**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 32, § 2º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93**

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO LICITANTE>], CNPJ: [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>],  
ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO,  
BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], declara sob as penalidades legais, que até a  
presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação e participação na licitação  
Tomada de Preços nº 23/2018, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências  
posteriores.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]  
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]  
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]





MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018

PROCESSO Nº 505/2018

ANEXO IV

DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

DADOS GERAIS

RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
ATIVIDADE:	
CNPJ:	Caso for MEI deverá ser informado o nº PIS:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	INSCRIÇÃO MUNICIPAL:
OBJETO SOCIAL (de acordo com o ato constitutivo):	
ESTA EMPRESA É CADASTRADA EM ALGUM CONSELHO PROFISSIONAL? ( ) SIM ( ) NÃO SE SIM, QUAL(is) CONSELHO(s) E QUAL(is) N°(s) DO(s) REGISTRO(s)?	

ENDEREÇO

PAÍS:	ESTADO:
MUNICÍPIO:	
RUA:	
N°:	COMPLEMENTO:
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	CELULAR:
FAX:	
E-MAIL:	SITE:
NOME DE PESSOA PARA CONTATO:	

**DADOS BANCÁRIOS** - Observações: O nome do titular da conta corrente deverá ser idêntico à Razão Social; Caso for conta bancária da Caixa Econômica Federal, favor informar a operação.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:	AGÊNCIA:	CIDADE:
OPERAÇÃO:	N° DA CONTA:	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:	
CPF:	RG: ÓRGÃO EMISSOR:
PAÍS:	ESTADO:
MUNICÍPIO:	
RUA:	
N°:	COMPLEMENTO:
BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:	CELULAR:
FAX:	
E-MAIL:	
A REPRESENTAÇÃO LEGAL TEM PRAZO DE VIGÊNCIA? ( ) SIM ( ) NÃO SE SIM, ATÉ QUANDO IRÁ VIGORAR ESTA REPRESENTAÇÃO?	

[<LOCAL>], [<DATA>].  
[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>  
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>  
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018

PROCESSO Nº 505/2018

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

LICITANTE: [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE>]  
CNPJ: [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>]  
ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>]  
CONTATO: [<NOME, TELEFONE, FAX, E-MAIL>]

Item	Descrição	Quant.	Und.	Preço Unitário		Total com BDI
				Sem BDI	Com BDI	
<b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q</b>						
<b>1.</b>	<b>RUA 12 DE OUTUBRO</b>					
1.1	LIMPEZA, VARRIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO	1.558,00	M2			
1.2	PINTURA DE LIGAÇÃO RR-1-C CAPA ASFÁLTICA	1.558,00	M2			
1.3	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 3,00CM	46,74	M3			
1.4	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 4,00CM		M3			
1.5	TRANSPORTE DE CBUQ DMT - 30KM	3.701,81	TONXKM			
	<b>Total da RUA 12 DE OUTUBRO</b>					
<b>2.</b>	<b>RUA ÁLVARO CHAVES</b>					
2.1	LIMPEZA, VARRIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO	8.604,00	M2			
2.2	PINTURA DE LIGAÇÃO RR-1-C CAPA ASFÁLTICA	8.604,00	M2			
2.3	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 3,00CM		M3			
2.4	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 4,00CM	344,16	M3			
2.5	TRANSPORTE DE CBUQ DMT - 30KM	27.257,47	TONXKM			
	<b>Total da RUA ÁLVARO CHAVES</b>					
<b>3.</b>	<b>RUA FLORIANO PEIXOTO</b>					
3.1	LIMPEZA, VARRIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO	5.652,00	M2			
3.2	PINTURA DE LIGAÇÃO RR-1-C CAPA ASFÁLTICA	5.652,00	M2			
3.3	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 3,00CM	169,56	M3			
3.4	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 4,00CM		M3			
3.5	TRANSPORTE DE CBUQ DMT - 30KM	13.429,15	TONXKM			
	<b>Total da RUA FLORIANO PEIXOTO</b>					
<b>4.</b>	<b>AV. 21 DE ABRIL</b>					
4.1	LIMPEZA, VARRIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO	4.087,00	M2			
4.2	PINTURA DE LIGAÇÃO RR-1-C CAPA ASFÁLTICA	4.087,00	M2			
4.3	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 3,00CM		M3			
4.4	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ 4,00CM	163,48	M3			
4.5	TRANSPORTE DE CBUQ DMT - 30KM	12.947,62	TONXKM			
	<b>Total da AV. 21 DE ABRIL</b>					
<b>TOTAL DO ORÇAMENTO</b>						

[<LOCAL>], [<DATA>].  
[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]  
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]  
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018**

**PROCESSO Nº 505/2018**

**ANEXO VI**

**MINUTA DO CONTRATO**

Contrato celebrado entre o Município de Ijuí, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamim Constant, 429 na cidade de IJUÍ-RS, CNPJ Nº. 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Valdir Heck, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Ijuí/RS, na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxx e inscrito no CPF nº. xxx.xxx.xxx/xx, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua xxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxx, na cidade xxxxxxxx, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu ( sócio-proprietário; sócio-gerente, procurador, diretor, etc.), Sr. xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, residente na Rua xxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF N.º xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, para execução do objeto discriminado na Cláusula Primeira deste instrumento.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante da TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018 - PROCESSO Nº 505/2018, regendo-se pela Lei Federal nº 8.666/93 e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a contratação de execução global para reperfilamento asfáltico do tipo CBUQ, sobre pavimentação asfáltica existente na Rua 12 de Outubro, Rua Álvaro Chaves, Rua Floriano Peixoto e Av. 21 de Abril.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa adjudicatária deverá executar os serviços de acordo com o memorial descritivo, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária, projetos e demais elementos técnicos anexos à Requisição Interna nº 096/2018 – (Anexo VII do edital).

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO PREÇO**

O preço total para o presente contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), sendo R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) relativos aos materiais e R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) relativos a mão de obra, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para total execução do presente objeto, conforme empenho de nº xxx/xxxx emitido em xx/xx/xxxx.

**CLÁUSULA TERCEIRA  
DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO CRÉDITO**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão		
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. URBANO, OBRAS E TRÂNSITO	
Unidade		
1102	COORDENADORIA DE OBRAS URBANAS	
Função		
15	Urbanismo	
Sub-função		
451	Infra-Estrutura Urbana	
Programa		
112	Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana	
Projeto/Atividade		
2 107	Manutenção da Pavimentação Asfáltica (SM)	
Despesa	Código fonte de recurso	Nome fonte de recurso



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

12858

1022

FUNDO ESPECIAL

Categoria econômica  
339039210000

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E V

**CLÁUSULA QUARTA  
DA EXECUÇÃO**

A execução do presente contrato dar-se-á através de Empreitada por Preço Global pela CONTRATADA, observadas todas as orientações descritas no memorial descritivo, planilhas e projetos anexos à Requisição Interna nº 096/2018 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Trânsito (Anexo VII do edital).

**CLÁUSULA QUINTA  
DOS PRAZOS E GARANTIA**

O objeto contratado deverá ser executado em até 150 (cento e cinquenta) dias após o recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA. A execução deverá seguir todas as especificações do edital e as cláusulas deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA presta a garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, pelo período de \_\_\_ a \_\_\_, na modalidade de \_\_\_, que corresponde à importância de R\$ \_\_\_ (\_\_\_).

PARÁGRAFO SEGUNDO: A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o cumprimento correto e pleno de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA obrigar-se-á também a prorrogar a garantia prestada, em caso de sua validade expirar, em decorrência de termo aditivo de contrato, que aumente o prazo de execução e/ou suplementá-la em caso de aumento de quantitativos no objeto que majorem o valor do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA  
DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O objeto do presente contrato, estando de acordo com as disposições contidas no edital, nas cláusulas deste Contrato e a legislação em vigor, será recebido em até 02 (dois) dias úteis, pelo Município de Ijuí, mediante emissão de laudo técnico pelo servidor designado para exercer a fiscalização de sua execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA não poderá protocolar a Nota Fiscal Fatura antes do recebimento do objeto por parte do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do presente contrato terá garantia de 05 (cinco) anos quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.

**CLÁUSULA SÉTIMA  
DO PAGAMENTO**

Após a execução do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da liquidação da documentação, conforme Capítulo II, art. 6º e § 3º, art. 8º, do Decreto Executivo Municipal nº 5.753, de 15 de setembro de 2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA somente poderá apresentar a nota fiscal, com o número do empenho e recurso (quando convênio) devidamente destacados, após a apresentação de laudo técnico de medição, expedido por engenheiro do CONTRATANTE em conformidade com o memorial descritivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA não poderá protocolar a nota fiscal antes do recebimento do objeto por parte do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será efetuado somente mediante a apresentação da ART/RRT no início da execução do contrato e baixa no término da obra, e CEI da obra, conforme legislação INSS - RFB.

PARÁGRAFO QUARTO: Os arquivos eletrônicos dos documentos fiscais (arquivo XML e a DANFE da NFE ou NFSE) deverão ser encaminhados pela CONTRATADA, obrigatoriamente, para o e-mail [xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br](mailto:xmlfornecedor@ijui.rs.gov.br).

PARÁGRAFO QUINTO: O pagamento será realizado mediante depósito bancário em favor da CONTRATADA, que deverá indicar a instituição bancária, a agência, a localidade e a conta corrente para que seja realizada a operação correspondente.

PARÁGRAFO SEXTO: O(s) pagamento(s) somente será(ão) liberado(s) após a apresentação, pela CONTRATADA, dos seguintes documentos:



**MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

- a) Nota fiscal, emitida em nome do Município de Ijuí/RS, dos serviços efetivamente executados contendo o número do empenho correspondente;
- b) Laudo técnico de medição, expedido por engenheiro do Município de Ijuí/RS;
- c) Declaração contendo a relação dos empregados que efetivamente prestaram serviço à contratante, com respectivo nº da CTPS;
- d) Comprovante do pagamento dos salários dos empregados que prestaram serviço à contratante, através de contracheque ou recibo de pagamento (referente ao mês anterior);
- e) GFIP com comprovante de envio (referente ao mês anterior);
- f) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do FGTS (referente ao mês anterior);
- g) Comprovante de pagamento da guia de recolhimento do INSS (referente ao mês anterior);
- h) Declaração quando não houver empregados e os serviços forem prestados somente pelo contratado;
- i) Comprovação da condição de associado (no caso de cooperativa) mediante apresentação da cópia da ficha de matrícula ou da inscrição no livro matrícula, onde conste o número de sua inscrição, qualificação e data de admissão.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A documentação mencionada no parágrafo anterior deverá ser conferida e rubricada pelo servidor fiscalizador do respectivo contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: A CONTRATANTE reterá um índice do valor bruto constante na nota fiscal de prestação serviços, conforme o enquadramento da empresa, e recolherá a importância retida até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da emissão, em nome da CONTRATADA, tudo em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de Novembro de 2009.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

**DOS DIREITOS:**

**1.1 DO CONTRATANTE:**

- 1.1.1 Receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

**1.2 DA CONTRATADA:**

- 1.2.1 Perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

**DAS OBRIGAÇÕES:**

**2.1 DO CONTRATANTE:**

- 2.1.1 Efetuar o pagamento ajustado;
- 2.1.2 Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

**2.2 DA CONTRATADA:**

- 2.2.1 Prestar os serviços na forma ajustada;
- 2.2.2 Cumprir com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda;
- 2.2.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 2.2.4 Apresentar durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo, a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, tributários, fiscais e comerciais;
- 2.2.5 Cumprir e fazer cumprir todas as normas, regulamentares sobre Medicina e Segurança do trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais e coletivos exigidos pela legislação;
- 2.2.6 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução do presente contrato;
- 2.2.7 Em caso de dúvida em relação à obra ou ao cumprimento do contrato solicitar por escrito para o órgão requisitante, sendo que qualquer alteração de projeto deverá ser previamente analisada e autorizada por escrito pelo profissional responsável pelo projeto, ficando a cargo deste a adequação dos quantitativos e orçamento dos novos serviços;
- 2.2.8 Manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação, como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram;



**MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

2.2.9 Todo pessoal em serviço deverá estar munido de equipamentos de segurança para o desempenho de suas tarefas, bem como a CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados as garantias e medidas indispensáveis à proteção e higiene do trabalho, de acordo com a legislação trabalhista;

2.2.10 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente, mantendo no local dos serviços a supervisão necessária;

22.2.11 Indica como responsável técnico pela obra o Sr. xxxxxxxx (inserir a titulação) com registro no CREA sob nº xxxxxx;

2.2.12 Responder por quaisquer transtornos, prejuízos ou danos pessoais e/ou materiais causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária.

2.2.13 Apresentar a anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Matrícula CEI (quando a CONTRATADA for Construtora) no início da execução do contrato e baixa no término da obra.

2.2.14 A empresa manterá um diário de obras, com anotações atualizadas com todas as ocorrências, com descrições dos funcionários atuantes na obra e o andamento dos trabalhos;

2.2.15 A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração na relação de empregados contratados para a obra;

2.2.16 Apresentar, para liberação do pagamento nas etapas da obra, relação completa de empregados utilizado na prestação dos serviços, e GFIP correspondente a relação de empregados com o respectivo comprovante de pagamento anexo e CND da obra (quando a CONTRATADA for Construtora).

**CLÁUSULA NONA**  
**DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, com as conseqüências do art. 80 da mesma Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA**  
**DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os artigos 78 e 79 da Lei Federal N.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A rescisão deste contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Aplicação de sanções administrativas regular-se-á pelas condições previstas nos artigos 81 a 88 da Lei nº 8.666/93 e na forma definida no contrato, cuja minuta é parte integrante do presente instrumento convocatório, além de outras atinentes à espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa correspondente:

b.1) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de cláusula contratual ou forma de legislação pertinente;

b.2) À razão de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, contados a partir do prazo final de entrega prevista na Ordem de Serviço;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As penalidades de advertência e multa poderão ser aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor da multa será descontado do primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela a garantia oferecida e os créditos futuros pela diferença, se houver ou através de procedimento judicial apropriado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA  
DA EFICÁCIA**

O presente contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos do Município de Ijuí/RS, podendo ser rejeitado caso desatenda às especificações exigidas neste edital.

A variação ou alteração que se fizer necessária no contrato, por variação de preço na compra ou por alteração na meta física da obra, será feita de acordo com o que dispõe o artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

O servidor (\_\_\_\_\_), matrícula nº (\_\_\_\_\_), será o **GESTOR** do contrato, conforme determina o Decreto Municipal nº 5.753/2015, de 15 de setembro de 2015, em seu art. 2, inciso IV.

O servidor (\_\_\_\_\_), matrícula nº (\_\_\_\_\_), será o **FISCAL** do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67.

O servidor (\_\_\_\_\_), matrícula nº (\_\_\_\_\_), será o **FISCAL TÉCNICO** do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67.

As omissões desse certame serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 8.666/93.

Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo em 3 (três) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinada.

Ijuí (RS), xxxxxxxxxxxxxxxx

\_\_\_\_\_  
Valdir Heck  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/2018

PROCESSO Nº 505/2018

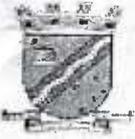
ANEXO VII

REQUISIÇÃO INTERNA Nº 096/2018 - SMODUTRAN

Requisição  
688/2018



Requisição Interna  
11-096-2018



MUNICIPIO DE JUÍ-PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, OBRAS E TRÂNSITO

REQUISIÇÃO INTERNA nº 096/2018 – SMODUTRAN

ÓRGÃO: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

UNIDADE: 11.02 - Coordenadoria de Obras Urbanas

AÇÃO: 2.107 – Manutenção da Pavimentação Asfáltica (SMODUTRAN)

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.21.00.00 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias

CÓDIGO REDUZIDO: 12.858

*150*

Fonte de Recursos: ( ) Livre Vinculado(X): 1022 Banco: 3650

CÓDIGO PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<i>22575</i>	01		Contratação de serviços para execução global, Reperfilamento Asfáltica do tipo CBUQ sobre pavimentação asfáltica existente na <u>Rua 12 de Outubro</u> , entre rua Benjamin Constante e rua 07 de Setembro. Na <u>Rua Álvaro Chaves</u> , entre a rua 15 de Novembro e a rua 19 de Outubro. Na <u>Rua Floriano Peixoto</u> , entre a rua 15 de Novembro e a rua 24 de Fevereiro. Na <u>Av 21 de Abril</u> , entre a rua 15 de Novembro e a rua 07 de Setembro. Nesta cidade, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária em anexo.		

**Destino:** Rua 12 de Outubro, entre rua Benjamin Constante e rua 07 de Setembro, Rua Álvaro Chaves, entre a rua 15 de Novembro e a rua 19 de Outubro, Rua Floriano Peixoto, entre a rua 15 de Novembro e a rua 24 de Fevereiro e Av 21 de Abril, entre a rua 15 de Novembro e a rua 07 de Setembro, nesta cidade.  
**Credor:**

Declaro que a ação de despesa requisitada está prevista no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária, com saldo de dotação na natureza de despesa no Orçamento do Órgão, bem como devidamente classificada, conforme codificação específica no SIAPC.

Em 02 de Abril de 2018

*[Signature]*

Tatiele Miron  
Matrícula nº2139180  
Emitente

*[Signature]*  
Jair Antonio da Rosa  
Secretário Requisitante

OBSERVAÇÕES	<input checked="" type="checkbox"/> Deferido	<input type="checkbox"/> Indeferido	Modalidade: <u>tomada de preço</u>
	<p><i>[Signature]</i> Validade: _____ Prefeito</p>		<p>Data: <u>25/05/2018</u> Assinatura/Carimbo</p>

REQ. 688/18 - ADCLAR Proc: 505118 T.P.: 23118

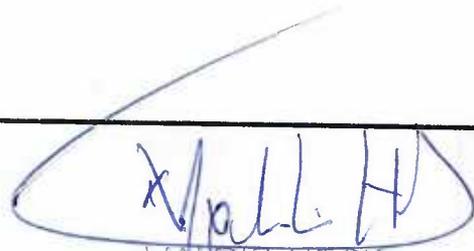
Município de Juiz de Fora - Poder Executivo  
*[Signature]*  
Priscila Mourer Leviski  
Diretora de Compras, Patrimônio e Almoxarado

# MUNICÍPIO DE IJUÍ

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDUR

PROJETO DE REPERFILAMENTO ASFÁLTICO EM RUAS DA CIDADE DE IJUÍ

RUA 12 DE OUTUBRO ..... A = 1558,00 m<sup>2</sup>  
RUA ALVARO CHAVES ..... A = 8604,00 m<sup>2</sup>  
RUA FLORIANO PEIXOTO ..... A = 5652,00 m<sup>2</sup>  
AVENIDA 21 DE ABRIL ..... A = 4087,00 m<sup>2</sup>



VALDIR HECK  
Prefeito Municipal de Ijuí.



  
Paulo Roberto Neubauer  
Engenheiro CIVIL - CREA 079675D

X  
  
JAIRO DA ROSA  
SMUDUR

AREA = 19901 m<sup>2</sup>

ESCALA  
RELATIVA

DATA

03/2018

PRANCHA

01 / 01



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

## **MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**OBRA: Revestimento Asfáltico do tipo CBUQ sobre Asfalto existente, nas ruas citadas a seguir no perímetro urbano do município de Ijuí.**

### **1 - INTRODUÇÃO**

Tem este por finalidade orientar e especificar a execução dos serviços e empregos dos materiais que farão parte das obras de Pavimentação Asfáltica de CBUQ, no Município de Ijuí-RS, que consiste a execução de Reperfilamento asfáltico tipo CBUQ, indicadas no projeto em anexo, objetivando maior durabilidade na pavimentação, melhor fluxo de veículos, acessibilidade, melhor qualidade de vida, entre outros objetivos.

É necessário que o responsável técnico da empresa tenha atestado de capacidade técnica devidamente registrado pelo CREA, em obra semelhante (Obra Pavimentação Asfáltica), no serviço de maior relevância abaixo listado:

A empresa participante desta licitação deverá comprovar a propriedade e disponibilidade dos seguintes equipamentos para a execução dos serviços do presente com as respectivas quantidades:



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

- ✓ Motoniveladora (1 unidade);
- ✓ Retroescavadeira (2 unidades);
- ✓ Escavadeira Hidráulica (1 unidade);
- ✓ Rolo compactador corrugado (1 unidade);
- ✓ Caminhões Basculantes (10 unidades);
- ✓ Caminhão Pipa (1 Unidade);
- ✓ Rolo Compactador Liso (2 unidades);
- ✓ Vassoura Mecânica (1 unidade);
- ✓ Caminhão Espargidor de Asfalto (1 unidade);
- ✓ Mini carregadeira com vassoura recolhadora – Bobkat (1 unidade)
- ✓ Usina de mistura asfáltica para Concreto Betuminoso Usinado a Quente (1 unidade);
- ✓ Vibro acabadora com nivelamento eletrônico (1 unidades);
- ✓ Rolo Compactador de Pneus (2 unidades).

É necessário que as empresas participantes do processo licitatório façam visita técnica às obras através do seu responsável técnico em data a ser agendada com o Engenheiro responsável pelo projeto, com o prazo máximo até 5 dias úteis antes da licitação. Na visita técnica a empresa deverá sanar as dúvidas técnicas referentes à obra. O engenheiro expedirá o atestado que fará parte dos documentos que deverão ser apresentados pela empresa no dia da licitação.

**A empresa participante deverá apresentar a licença de operação da usina de CBUQ** a ser utilizada na obra fornecida pela FEPAM ou por órgão ambiental equivalente, sendo que a licença deverá estar atualizada e em plena vigência. Quando a usina de asfalto for propriedade de terceiros, deverá a empresa licitante apresentar declaração assinada pelo proprietário da usina, com firma reconhecida em cartório, que irá fornecer todo o material necessário para a execução da obra.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**2 - LOCALIZAÇÃO DA OBRA**

MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SETOR DE ENGENHARIA SMODUR

VISTORIA NOS TRECHOS DAS RUAS A SEREM REVESTIDAS.							
RUA	DENOMINAÇÃO DA RUA	TRECHO	REVESTIMENTO				VALOR TOTAL
			ESPES.	COMPR.	LARGURA	ÁREA	
R01	RUA 12 DE OUTUBRO	R. Benjamin Constant a R. 07 de Setembro	5,0cm	123,00	12,70	<b>1.558,00</b>	R\$ 42.309,73
R02	RUA ALVÁRO CHAVES	R. 15 de Novembro a R. 19 de Outubro	4,0cm	717,00	12,00	<b>8.604,00</b>	R\$ 290.422,17
R03	RUA FLORIANO PEIXOTO	R. 15 de Novembro a R. 24 de Fevereiro	3,0cm	471,00	12,00	<b>5.652,00</b>	R\$ 153.488,20
R4	AV. 21 DE ABRIL	R. 15 de Novembro a R. 07 de Setembro	5,0cm	255,00	15,60	<b>4.087,00</b>	R\$ 137.953,91
<b>VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO</b>						<b>19.901,00</b>	<b>R\$ 624.174,01</b>



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

### **3 – SERVIÇOS INICIAIS**

#### **3.1 Locação da Obra**

A via será demarcada conforme projeto em toda sua extensão na largura indicada em projeto e obedecendo aos detalhes do projeto.

- Escavação dos materiais constituintes de sub-base de baixa capacidade de resistência, marcada nos projetos;
- Carga e transporte dos materiais bota-foras;

Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados pela Fiscalização, de forma a não causar transtornos, provisórios ou definitivos, à obra.

A definição da área do "bota-fora" para este tipo de material bem como a devida liberação ambiental, se for o caso, e qualquer ônus financeiro de indenização fica por conta da prefeitura.

#### **3.2.1 Regulaização e Compactação Da Escavação**

Regularização é a operação destinada a conformar o leito da rua, nos trechos que forem necessários, no sentido transversal e longitudinal.

#### **Sub-Base de Macadame e/ou Rachão**

Macadame consiste numa camada de agregado graúdo (pedra britada), devidamente bloqueado e preenchido por agregado miúdo (britado), de faixa granulométrica especificada, com espessura total de 35 cm. A sua execução deverá seguir as orientações expressas na especificação DNER-ES-316/97.

#### **Base de Brita Graduada**

Sobre a sub-base de macadame, será executada a brita graduada. As bases granulares são camadas constituídas de mistura de solos e materiais britados, ou produtos totais de britagem.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A base será executada numa espessura de 15 cm, com brita graduada. A compactação deverá ser executada com rolo vibratório liso até atingir a densidade máxima.

A sua execução deverá seguir as orientações expressas na especificação DAER ES-P 08/91.

#### **4.0 PAVIMENTAÇÃO**

##### **4.1 Limpeza**

Toda a superfície a ser revestida com capa asfáltica deverá ser realizada a limpeza da pista, varrida de forma que todos os detritos sejam retirados. A varredura deverá ser procedida através de vassoura mecânica ou equipamento similar.

##### **4.2 A pintura de ligação**

consistirá na distribuição de uma película, de material betuminoso diretamente sobre a superfície do pavimento asfáltico existente, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente. Para a execução da pintura da ligação, será empregada emulsão asfáltica catiônica do tipo RR-1C. A taxa de aplicação, para a emulsão asfáltica, será de 1,00 l/m<sup>2</sup>. A distribuição do ligante deverá ser feita por veículo apropriado ao tipo caminhão espargidor, equipado com bomba reguladora da pressão e sistema completo de aquecimento; as barras de distribuição devem permitir ajustes verticais e larguras variáveis de espalhamento devendo também estar aferido este equipamento. **A mistura não deve ser distribuída quando a temperatura ambiente for inferior a 10°C ou em dias de chuva.**

Consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso, objetivando promover a **aderência** entre este revestimento e a camada subjacente.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

### 4.3 Revestimento Asfáltico CBUQ

O revestimento asfáltico consistirá de uma camada de concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q.), com espessura de 3,0 (três), 4,0 (quatro) e 5,0 (cinco) centímetros (compactado). Antes da aplicação do revestimento, será executado uma operação tapa buraco para corrigir as irregularidades da via, dando assim uma conformidade homogênia.

Composição da Mistura do C.B.U.Q: A mistura da massa asfáltica do tipo CBUQ deverá constituir-se em uma mistura uniforme de agregados e cimento asfáltico do tipo CAP-50/70, no teor de 5,6% de CAP-50/70.

A mistura de agregados para o concreto asfáltico (CBUQ) a ser utilizado deverá estar enquadrada na faixa "A" e/ou "C" das especificações gerais do DAER/RS, conforme quadro a seguir:

PENEIRAS	% em Peso Passando		
	Faixa A	Faixa B	Faixa C
2"	100	-	-
1 1/2"	95 - 100	100	-
1"	75 - 100	95 - 100	-
3/4"	60 - 90	80 - 100	100
1/2"	-	-	85 - 100
3/8"	35 - 65	45 - 80	75 - 100
Nº 4	25 - 50	28 - 60	50 - 85
Nº 10	20 - 40	20 - 45	30 - 75
Nº 40	10 - 30	10 - 32	15 - 40
Nº 80	5 - 20	8 - 20	8 - 30
Nº 200	1 - 8	3 - 8	5 - 10



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Nota: Caberá à empresa vencedora da licitação os ensaios que comprovem a composição requerida do CBUQ e submetê-los à apreciação da Fiscalização da Prefeitura Municipal.

#### **4.4 Execução:**

O Concreto Betuminoso Usinado à Quente (C.B.U.Q.) será produzido na usina de asfalto à quente, atendendo aos requisitos especificados. Ao sair do misturador, a massa deve ser descarregada diretamente nos caminhões basculantes e transportada para o local de aplicação. Os caminhões utilizados no transporte deverão possuir lona para proteger e manter a temperatura da mistura asfáltica a ser aplicada na obra. A descarga da mistura será efetuada na caçamba de uma vibro-acabadora de asfalto, a qual irá proceder ao espalhamento na pista que deverá ter como objetivo a pré-conformação da seção de projeto e deverá permitir que a espessura mínima seja de 5,00 (cinco) centímetros.

Em conjunto com a vibro-acabadora, deverá atuar o rolo pneumático auto-propulsionado de pressão variável, cujos pneumáticos deverão ter suas respectivas pressões internas aumentadas gradativamente, com o suceder das passadas. Como unidade de acabamento, utilizando rolo metálico, tipo tandem.

A temperatura para a compactação da massa asfáltica na pista deverá ser de 150° (cento e cinquenta graus), sendo indispensável a utilização de termômetro adequado durante a compactação na pista, para fins de fiscalização.

**4.4.1 Medição: O Concreto Betuminoso Usinado á Quente (C.B.U.Q.) o revestimento será medido através da quantidade de mistura, em toneladas aplicadas no local da obra, através do ticket de balança.**



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

## **5 – SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

**Não é o caso**

## **6 – PLANO DE EXECUÇÃO DA OBRA**

**6.1** Mobilização: A mobilização da firma Construtora compreende a instalação inicial e a colocação, no canteiro da obra, dos meios necessários ao início da execução dos serviços. Todo o serviço de sinalização necessário à segurança das obras e dos pedestres e veículos é imprescindível e de responsabilidade da CONTRATADA.

**6.2** Os trabalhos devem ser executados na seguinte seqüência:

- ✓ Mobilização e isolamento da via com placas e cones;
- ✓ Limpeza geral do pavimento existente;
- ✓ Escavação dos "borrachudos";
- ✓ Pintura de ligação sobre o pavimento;
- ✓ Execução do revestimento asfáltica;
- ✓ Limpeza do canteiro de Obra;
- ✓ Desmobilização dos equipamentos.

**OBS.** O executor apresentará no momento da Ordem de Serviço, a ART de execução da obra, a relação com o nome e o correspondente número da série da CTPS, dos empregados designados para a obra assinados pelo responsável técnico, responsável pela empresa e contador. Para a liberação dos Laudos nas etapas da obras, deverá ser apresentadas cópias do relatório de empregados da GFIT completa, do mês anterior, com o comprovante do pagamento. O Diário de Obras estará sempre junto à obra, para a fiscalização do responsável técnico



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

do município, terá a assinatura do Eng. Executor e pelo responsável pela empresa.

A execução de todos os serviços citados no memorial e no orçamento será de responsabilidade da empresa contratada.

**Prazo de Execução: 02 Meses**

**Garantia da obra: 5 anos**

Ijuí, 16 de Março de 2018

Paulo Roberto Neubauer  
Eng. Civil - CREA 78679 D  
Ijuí - RS



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SETOR DE ENGENHARIA SMODUR

VISTORIA NOS TRECHOS DAS RUAS A SEREM REVESTIDAS.

RUA	DENOMINAÇÃO DA RUA	TRECHO	REVESTIMENTO				VALOR TOTAL
			ESPES.	COMPR.	LARGURA	ÁREA	
R01	RUA 12 DE OUTUBRO	R. Benjamin Constant a R. 07 de Setembro	5,0cm	123,00	12,70	<b>1.558,00</b>	R\$ 42.309,73
R02	RUA ALVÁRO CHAVES	R. 15 de Novembro a R. 19 de Outubro	4,0cm	717,00	12,00	<b>8.604,00</b>	R\$ 290.422,17
R03	RUA FLORIANO PEIXOTO	R. 15 de Novembro a R. 24 de Fevereiro	3,0cm	471,00	12,00	<b>5.652,00</b>	R\$ 153.488,20
R4	AV. 21 DE ABRIL	R. 15 de Novembro a R. 07 de Setembro	5,0cm	255,00	15,60	<b>4.087,00</b>	R\$ 137.953,91

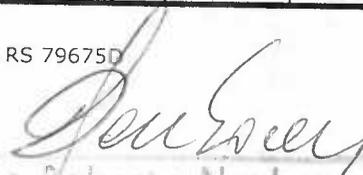
**VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO**

**19.901,00**

**R\$ 624.174,01**

IJUÍ-RS, 26 de Março de 2018

ENG. PAULO R. NEUBAUER - CREA RS 79675D

  
Paulo Roberto Neubauer  
CREA 79675 D



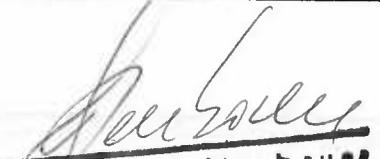
MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
SETOR DE ENGENHARIA SMODUR

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

EMPREENHIMENTO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR DOS SERVIÇOS (R\$)	PESO %	1ª Mês		2ª Mês		3ª Mês		4ª Mês		5ª Mês	
				SIMPL. %	ACUM. %								
1.1	Limpeza, Varricão da Pavimentação	R\$ 36.763,85	5,89	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00	20,00	80,00	20,00	100,00
1.2	Pintura de Ligação RR-1-C Capa asfáltica	R\$ 31.458,37	5,04	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00	20,00	80,00	20,00	100,00
1.3	Revestimento Asfáltico CBUQ 3,00cm	R\$ 290.740,25	46,58	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00	20,00	80,00	20,00	100,00
1.4	Revestimento Asfáltico CBUQ 4,00cm	R\$ 216.026,62	34,61	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00	20,00	80,00	20,00	100,00
1.5	Transporte de C.B.U.Q DMT - 30 km	R\$ 49.184,91	7,88	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00	20,00	80,00	20,00	100,00
TOTAL		<b>R\$624.174,01</b>	100,00	20,00	20,00	20,00	40,00	20,00	60,00	20,00	80,00	20,00	100,00

IJUÍ-RS, 26 de Março de 2018

  
**Paulo Roberto Neubauer**  
Eng. Civil - CREA 79679 D  
CPF: 008.648.500-68



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PLANILHA ORÇAMENTARIA

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q.

LOCALIZAÇÃO: **RUA 12 DE OUTUBRO**

**R02**

BDI=

25,50%

Item	SINAPI	Descrição	Un.	Quant	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL
<b>1.0</b>	<b>Fev/2018</b>	<b>REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ</b>			SEM BDI	COM BDI	COM BDI
1.1	73806	Limpeza, Varrição da Pavimentação	m <sup>2</sup>	1.558,00	R\$ 1,39	R\$ 1,74	R\$ 2.710,92
1.2	72942	Pintura de Ligação RR-1-C Capa asfáltica	m <sup>2</sup>	1.558,00	R\$ 1,19	R\$ 1,49	R\$ 2.321,42
1.3	95990	Revestimento Asfáltico CBUQ 3,00cm	m <sup>3</sup>	46,74	R\$ 579,33	R\$ 727,06	R\$ 33.982,78
1.4	95993	Revestimento Asfáltico CBUQ 4,00cm	m <sup>3</sup>		R\$ 551,89	R\$ 692,62	R\$ 0,00
1.5	72843	Transporte de C.B.U.Q DMT - 30 km	tonxkm	3.701,81	R\$ 0,71	R\$ 0,89	R\$ 3.294,61
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 42.309,73</b>

IJUÍ-RS, 13 de Março de 2018

*Meio Pro?*

  
PAULO ROBERTO NEUBAUER  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/RS: 079.675-D



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PLANILHA ORÇAMENTARIA

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q.

LOCALIZAÇÃO: **RUA ALVÁRO CHAVES**

**R03**

BDI=

25,50%

Item	SINAPI	Descrição	Un.	Quant	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL
					SEM BDI	COM BDI	COM BDI
1.0	Fev/2018	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ					
1.1	73806	Limpeza, Varricão da Pavimentação	m <sup>2</sup>	8.604,00	R\$ 1,39	R\$ 1,74	R\$ 14.970,96
1.2	72942	Pintura de Ligação RR-1-C Capa asfáltica	m <sup>2</sup>	8.604,00	R\$ 1,19	R\$ 1,49	R\$ 12.819,96
1.3	95990	Revestimento Asfáltico CBUQ 3,00cm	m <sup>3</sup>		R\$ 579,33	R\$ 727,06	R\$ 0,00
1.4	95993	Revestimento Asfáltico CBUQ 4,00cm	m <sup>3</sup>	344,16	R\$ 551,89	R\$ 692,62	R\$ 238.372,10
1.5	72843	Transporte de C.B.U.Q DMT - 30 km	tonxkm	27.257,47	R\$ 0,71	R\$ 0,89	R\$ 24.259,15
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 290.422,17</b>

IJUÍ-RS, 13 de Março de 2018

  
PAULO ROBERTO NEUBAUER  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/RS: 079.675-D



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PLANILHA ORÇAMENTARIA

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q.

LOCALIZAÇÃO: **RUA FLORIANO PEIXOTO**

**R04**

BDI=

25,50%

Item	SINAPI	Descrição	Un.	Quant	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL
					SEM BDI	COM BDI	COM BDI
1.0	Fev/2018	REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ			SEM BDI	COM BDI	COM BDI
1.1	73806	Limpeza, Varrição da Pavimentação	m <sup>2</sup>	5.652,00	R\$ 1,39	R\$ 1,74	R\$ 9.834,48
1.2	72942	Pintura de Ligação RR-1-C Capa asfáltica	m <sup>2</sup>	5.652,00	R\$ 1,19	R\$ 1,49	R\$ 8.421,48
1.3	95990	Revestimento Asfáltico CBUQ 3,00cm	m <sup>3</sup>	169,56	R\$ 579,33	R\$ 727,06	R\$ 123.280,29
1.4	95993	Revestimento Asfáltico CBUQ 4,00cm	m <sup>3</sup>		R\$ 551,89	R\$ 692,62	R\$ 0,00
1.5	72843	Transporte de C.B.U.Q DMT - 30 km	tonxkm	13.429,15	R\$ 0,71	R\$ 0,89	R\$ 11.951,95
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 153.488,20</b>

IJUÍ-RS, 13 de Março de 2018

  
PAULO ROBERTO NEUBAUER  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/RS: 079.675-D



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO  
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PLANILHA ORÇAMENTARIA

OBRA: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA C.B.U.Q.

LOCALIZAÇÃO: **AV. 21 DE ABRIL**

**R09**

BDI=

25,50%

Item	SINAPI	Descrição	Un.	Quant	VALOR UNITÁRIO		VALOR TOTAL
					SEM BDI	COM BDI	COM BDI
<b>1.0</b>	<b>Fev/2018</b>	<b>REVESTIMENTO ASFÁLTICO CBUQ</b>					
1.1	73806	Limpeza, Varrição da Pavimentação	m <sup>2</sup>	4.087,00	R\$ 1,39	R\$ 1,74	R\$ 7.111,38
1.2	72942	Pintura de Ligação RR-1-C Capa asfáltica	m <sup>2</sup>	4.087,00	R\$ 1,19	R\$ 1,49	R\$ 6.089,63
1.3	95990	Revestimento Asfáltico CBUQ 3,00cm	m <sup>3</sup>		R\$ 579,33	R\$ 727,06	R\$ 0,00
1.4	95993	Revestimento Asfáltico CBUQ 4,00cm	m <sup>3</sup>	163,48	R\$ 551,89	R\$ 692,62	R\$ 113.229,52
1.5	72843	Transporte de C.B.U.Q DMT - 30 km	tonxkm	12.947,62	R\$ 0,71	R\$ 0,89	R\$ 11.523,38
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$ 137.953,91</b>

IJUÍ-RS, 13 de Março de 2018

  
\_\_\_\_\_  
PAULO ROBERTO NEUBAUER  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/RS: 079.675-D



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

SETOR DE ENGENHARIA - SMODUR

DECLARAÇÃO

ASSUNTO: **BDI DETALHADO**

OBRA: **EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO – 67.065,10m<sup>2</sup>**

PROPONENTE: **MUNICIPIO DE IJUÍ – RS**

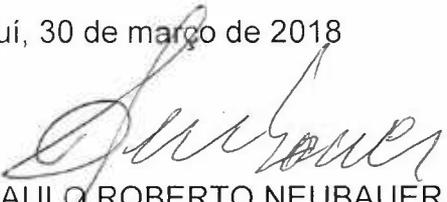
LOCALIZAÇÃO: **DIVERSOS LOCAIS**

O BDI utilizado no orçamento foi de 20,00%, segue abaixo o quadro detalhado do BDI.

Regime **NÃO DESONERADO**

Item Componente do BDI	Mínimo	Médio	Máximo
Seguro e Garantia	0,80		
Risco	0,97		
Despesas Financeiras	0,59		
Administração Central	3,00		
Lucro	6,16		
Tributos	3,98		
CPRB (INSS)	4,50		
<b>Soma = 20,00%</b>			

Ijuí, 30 de março de 2018

  
PAULO ROBERTO NEUBAUER  
ENGENHEIRO CIVIL  
CREA/RS: 079675D



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

SETOR DE ENGENHARIA - SMODUTRAN

**MEMÓRIA DE CÁLCULO – LEIS SOCIAIS.**

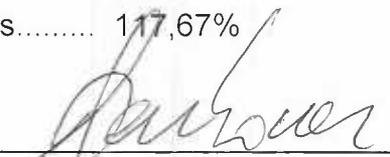
**OBRAS DE ENGENHARIA – MUNICÍPIO DE IJUÍ -RS**

**TABELA DE ENCARGOS NOS SERVIÇOS.**

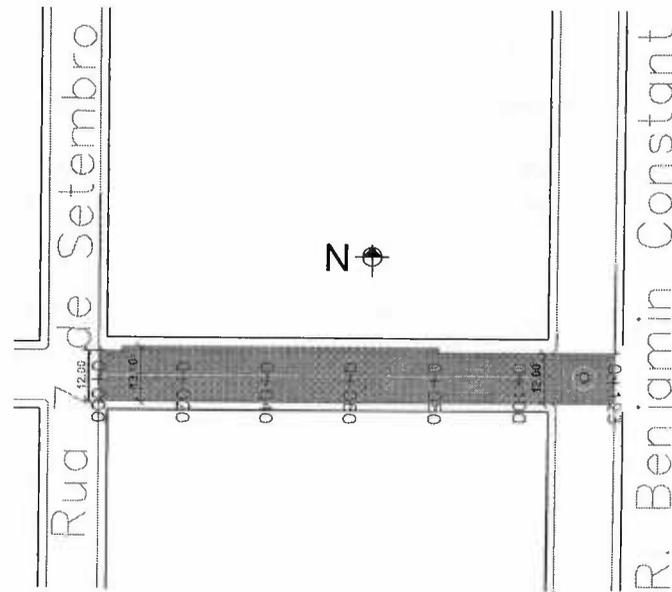
Foram considerados como encargos sociais:

- INSS.....	20,00%
- FGTS .....	8,00%
- Salário educação .....	2,50%
- Seguro acidentes .....	3,00%
- Contribuição Social .....	0,50%
- Repouso semanal remunerado.....	18,07%
- Feriados .....	4,18%
- Férias .....	15,09%
- Aviso prévio trabalhado.....	1,64%
- Auxílio – enfermidade .....	2,67%
- Acidente de trabalho .....	1,41%
- Faltas justificadas .....	0,06%
- 13º salário .....	11,32%
- Licença paternidade.....	0,11%
- equipamentos de segurança .....	8,13%
- depreciação de ferramentas e equipam.....	1,25%
- auxilio educação .....	1,51%
- vale transporte .....	<u>18,23%</u>
Total considerado de encargos.....	117,67%

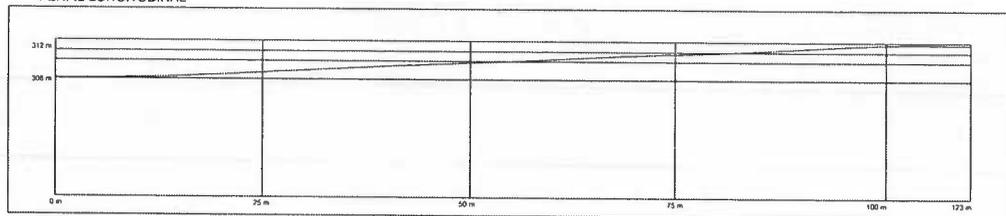
Ijuí, 30 de março de 2018.

  
Eng. Civil Paulo R. Neubauer  
CREA RS 079675D  
SMODUTRAN





PERFIL LONGITUDINAL



PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
Sobre pavimento irregular existente

LDCAL: RUA DOZE DE OUTUBRO  
TRECHO: ENTRE AS RUAS SETE DE SETEMBRO E BENJAMIN CONSTANT  
ÁREA TOTAL: 1.558,00 m<sup>2</sup>

TIPO: PLANTA

DATA: MARÇO/2018

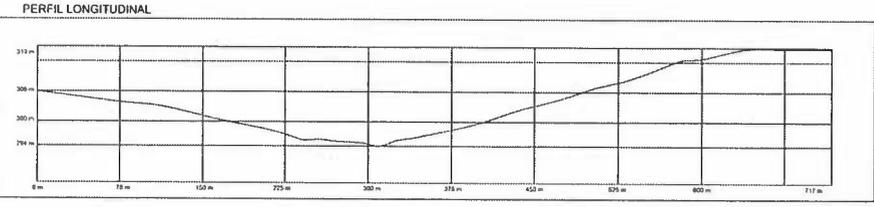
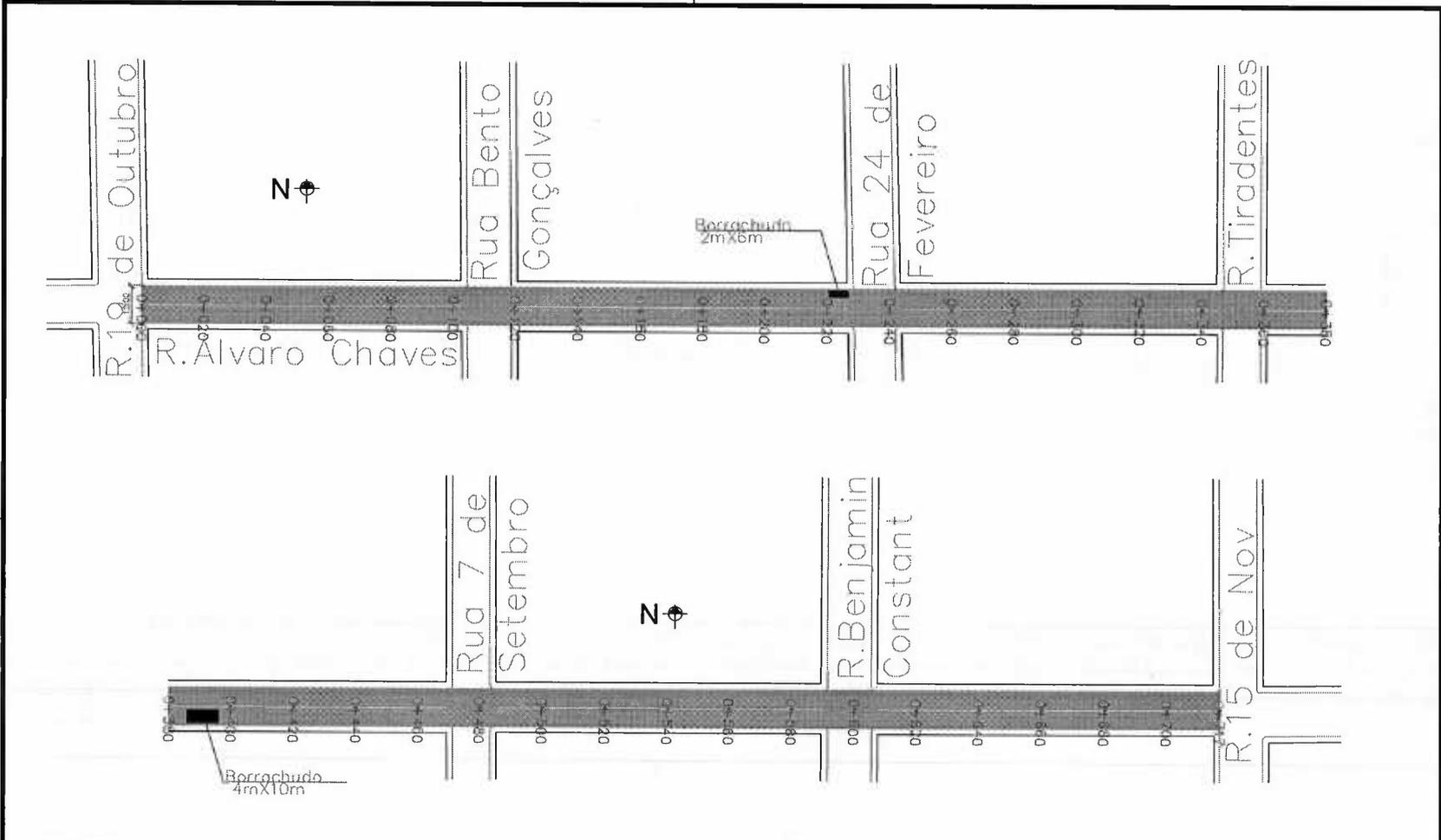
REVISÃO:

ESCALA: INDICADA

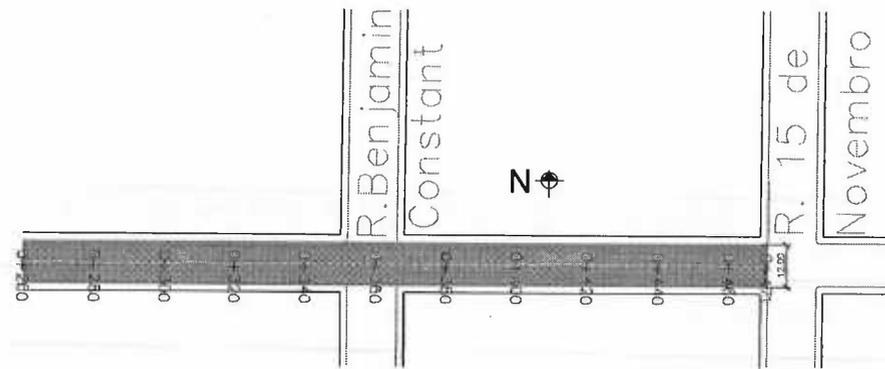
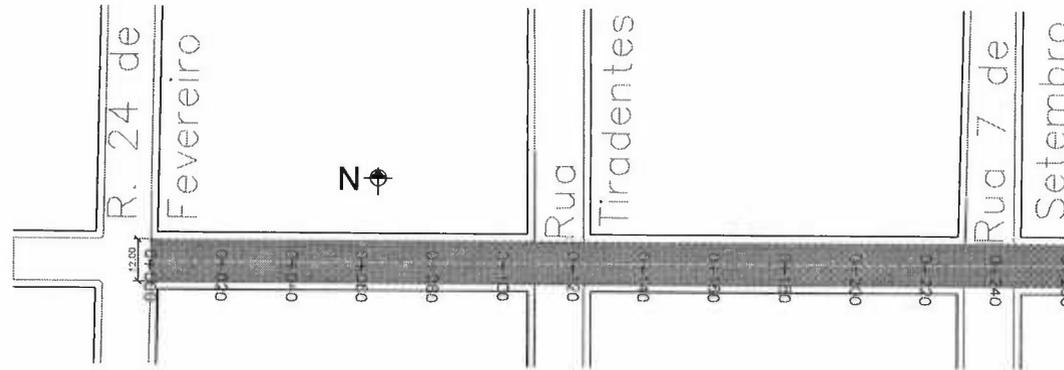
\_\_\_\_\_  
PREF. MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RESP. TÉCNICO

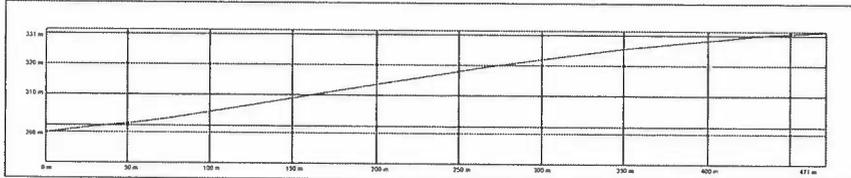
PRANCHA: 04-20



<b>PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b> Sobre pavimento irregular existente	
LOCAL: RUA ALVARO CHAVES TRECHO: ENTRE AS RUAS DEZENOVE DE OUTUBRO E QUINZE DE NOVEMBRO ÁREA TOTAL: 8.604,00 m <sup>2</sup>	TIPO: PLANTA
PREF. MUNICIPAL _____	DATA: MARÇO/2018 REVISÃO: ESCALA: INDICADA
RESP. TÉCNICO _____	FRANCHA: 05-20



PERFIL LONGITUDINAL



PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
Sobre pavimento irregular existente

LOCAL: RUA FLORIANO PEIXOTO  
TRECHO: ENTRE AS R. VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO E QUINZE DE NOVEMBRO  
ÁREA TOTAL: 5.652,00 m<sup>2</sup>

TIPO: PLANTA

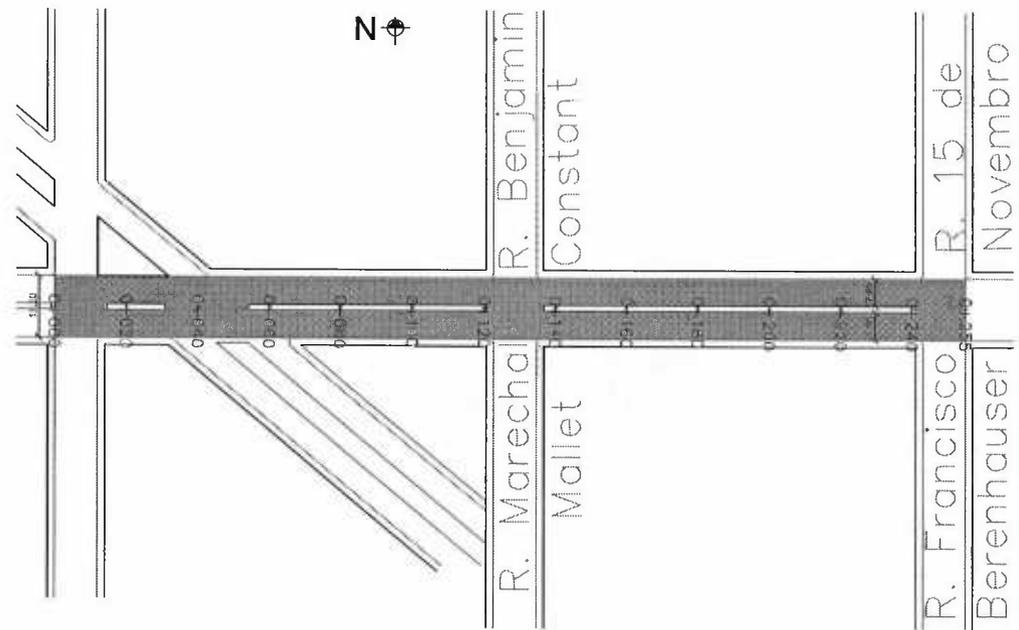
DATA: MARÇO/2018

REVISÃO:  
ESCALA: INDICADA

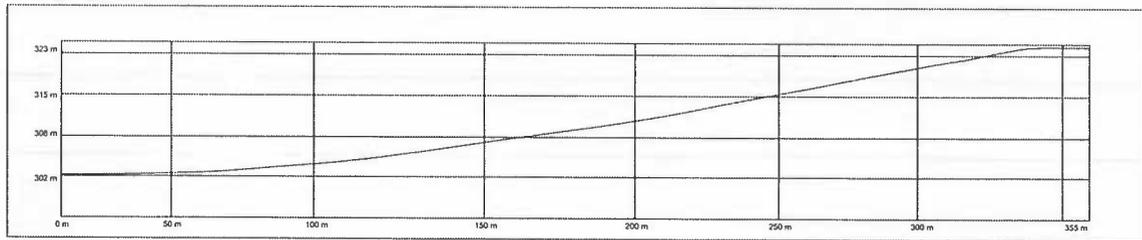
PREF. MUNICIPAL

RESP. TÉCNICO

PRANCHA: 06 - 20



PERFIL LONGITUDINAL



PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
Sobre pavimento irregular existente

LOCAL: AVENIDA VINTE E UM DE ABRIL  
TRECHO: ENTRE AS RUAS SETE DE SETEMBRO E QUINZE DE NOVEMBRO  
ÁREA TOTAL: 4.087,00 m<sup>2</sup>

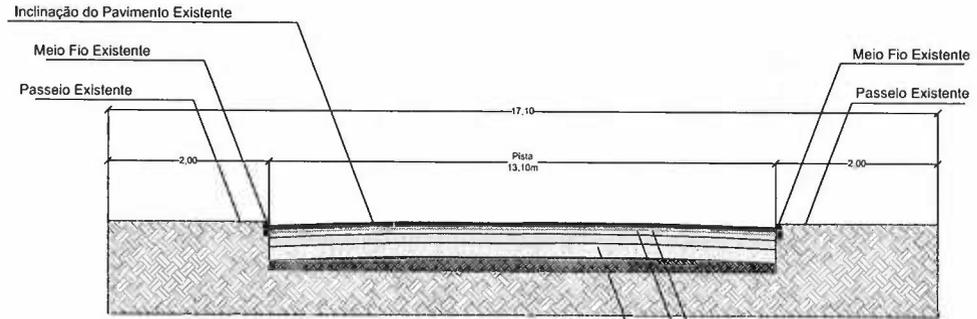
TIPO: PLANTA  
DATA: MARÇO/2018  
REVISÃO:  
ESCALA: INDICADA

PREF. MUNICIPAL

RESP. TÉCNICO

PRANCHA: 13 - 20

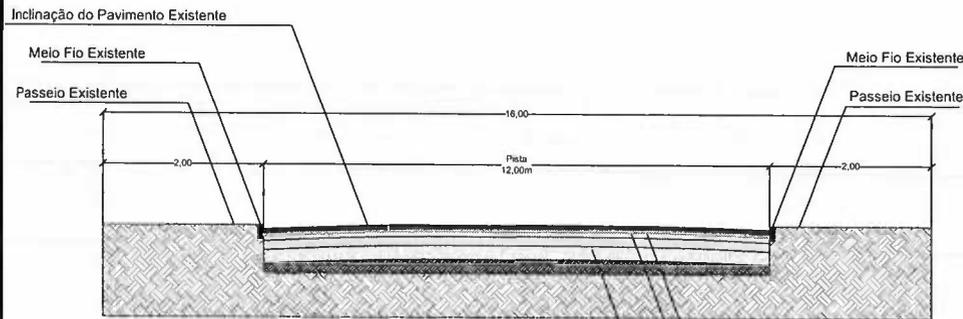
PERFIL TRANSVERSAL  
RUA 12 DE OUTUBRO



Corte A' B'

DETALHE 01 - SEÇÃO TIPO PARA PAVIMENTAÇÃO

PERFIL TRANSVERSAL  
RUA ALVARO CHAVES



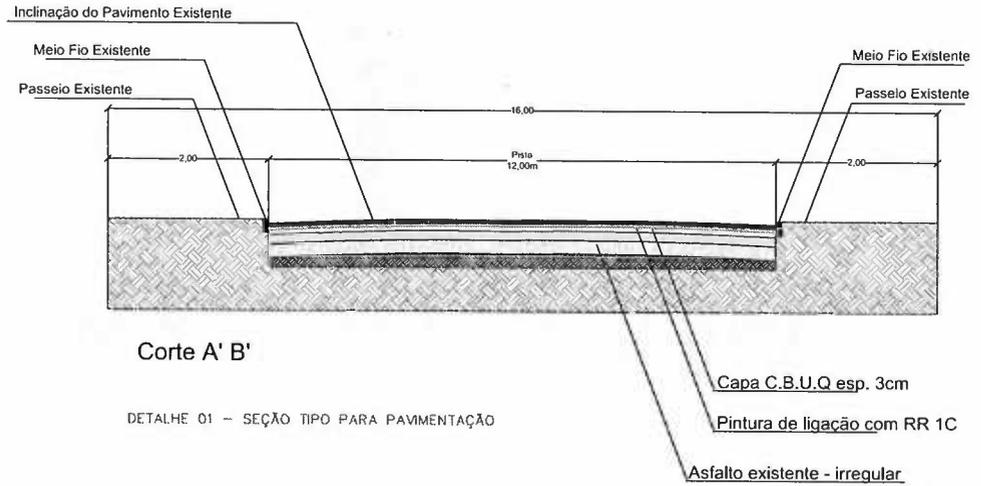
Corte A' B'

DETALHE 01 - SEÇÃO TIPO PARA PAVIMENTAÇÃO

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
Sobre pavimento irregular existente

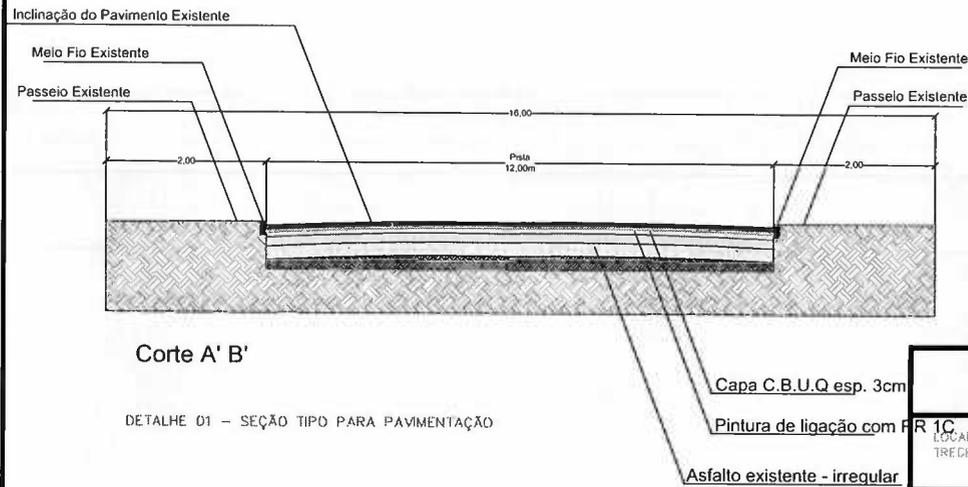
RUA 12 DE OUTUBRO		TIPO: PERFIL
LOCAL: IJUI - RS		DATA: MARÇO/2018
TRECHO: CENTRO		REVISÃO:
		ESCALA: INDICADA
PREF. MUNICIPAL	RESP. TÉCNICO	PRANCHA: 16 - 20

PERFIL TRANSVERSAL  
RUA FLORIANO PEIXOTO



DETALHE 01 - SEÇÃO TIPO PARA PAVIMENTAÇÃO

PERFIL TRANSVERSAL  
RUA ERNESTO ALVES



DETALHE 01 - SEÇÃO TIPO PARA PAVIMENTAÇÃO

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
Sobre pavimento irregular existente

LOCAL: IJUI - RS  
TRECHO: CENTRO

TIPO: PERFIL

DATA: MARÇO/2018

REVISÃO:  
ESCALA: INDICADA

PREF. MUNICIPAL

RESP. TÉCNICO

PRANCHA: 17 - 20